

PREÂMBULO

PREAMBLE

Susana Soares Lopes^{1*}

Professora catedrática aposentada da FLUP

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património

“(…) As imagens da memória, depois de fixadas com as palavras, apagam-se – disse Polo – talvez eu tenha medo de perder Veneza toda de uma vez, se falar dela. Ou talvez, ao falar de outras cidades, já venha a perdê-la pouco a pouco.”

Italo Calvino, “As Cidades Invisíveis”

O presente volume retoma uma ideia que tem cerca de dez anos: publicar reflexões de diversos autores sobre o sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Escavado entre 1989 e 2005, o lugar abriu ao público em 2007. Por um conjunto diverso de razões só em 2018 foi finalmente possível reunir textos que reflectem múltiplos olhares sobre a natureza do sítio e sobre a construção de narrativas que ao longo do tempo lhe emprestaram sentido.

Cerca de metade dos textos foi concebida há cerca de 10/8 anos e esses são agora publicados tendo sofrido apenas algumas alterações que não modificaram a sua matriz inicial. A outra metade compreende um texto escrito em 2015 e os restantes em 2018.

Os textos foram agrupados segundo temáticas que lhes conferem unidade, cuja natureza passo a enunciar.

A primeira temática diz respeito a Paisagens, na perspectiva do enquadramento geo-morfológico do sítio de Castelo Velho, da reconstituição da flora pré-histórica envolvente, e da inserção de Castelo Velho e sítios contemporâneos na paisagem circundante.

No primeiro texto (*Araújo et al*), remetendo para o tempo longo da geo-morfologia, lê-se: “ Neste contexto morfoestrutural, o Castelo Velho é um

^{1*} susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com. A autora escreve conforme o antigo acordo ortográfico.

sítio particularmente interessante: a conjugação da passagem da falha da Vilarça com um outro grande acidente geomorfológico, o profundo encaixe do Douro, esculpe uma paisagem magnífica, onde a estrutura (litologia e tectónica) se adivinha sob a fina pele dos solos magros e de algumas formações superficiais, em regra pouco espessas.” Trata-se dum sólido enfoque geo-morfológico para uma ampla região, fornecendo informação básica para se pensar a construção da própria paisagem pré-histórica.

O segundo texto (Figueiral), para além de reconstituir a vegetação existente em torno do sítio, no 3º e 2º milénio AC, reflecte sobre a possibilidade de, na transição do milénio, ter havido uma acção deliberada de corte de vegetação tendo em vista potenciar a visibilidade do lugar. Por fim, interpreta a estrutura das sementes, existente no interior do recinto, tendo em conta os restos vegetais carbonizados e seu contexto arqueológico, como uma possível deposição com carácter simbólico.

O terceiro texto (Cardoso) fornece um importante contributo para a publicação duma carta arqueológica actualizada da região no 3º e 2º milénio AC. De destacar a construção duma tipologia de sítios contemporâneos de Castelo Velho, enfatizando a sua relação com a topografia e hidrografia local e regional, e realçando um provável sistema de intervisibilidades. A discussão do conceito arqueológico de “paisagem” atravessa e enriquece todo o texto.

A segunda temática aborda as Narrativas construídas sobre Castelo Velho entre 1993 e 2009.

O primeiro texto (Pereira) confronta catorze trabalhos académicos produzidos entre 1993 e 2009, discutindo o que os aglutina e diferencia entre si e como incorporam ou não as minhas próprias narrativas publicadas entre 1993 e 2007. Durante a década de 90 os primeiros trabalhos passam basicamente ao lado da ruptura interpretativa introduzida por mim própria no texto de 1994 (Jorge 1994). Só a partir de 2003 e até 2009, três teses de mestrado e uma de doutoramento, para além dum texto colectivo (2007) se articulam, através duma outra abordagem dos seus conteúdos, com a mudança paradigmática de 1994. Pereira expõe de forma rigorosa e apelativa a variedade de discursos que compõem o painel interpretativo do sítio ao longo de dezasseis anos.

O segundo texto (Alves-Ferreira) assume-se como uma narrativa singular que pretende “escavar” as vicissitudes da minha viagem interpretativa sobre Castelo Velho, entre 1993 e 2007. Texto denso e complexo, dá conta da

minha inquietude / perplexidade face ao encontro com a indecidibilidade / opacidade do sítio. Ao enfatizar a minha própria tensão narrativa gerada pelo confronto com a alternância / resistência de sentidos, Alves-Ferreira não deixa de revelar a sua própria atracção pela potência imersa na alteridade de “lugares estrangeiros”.

A terceira temática abarca o que uma das autoras designa como Biografia do sítio de Castelo Velho.

O primeiro texto (Vieira) aborda a longa diacronia de ocupação do sítio, desde a Pré-História Recente (3^o/2^o milénio AC) até épocas históricas, nomeadamente as breves reutilizações atribuídas às épocas romana, tardo-romana/alto-medieval e, eventualmente, medieval (Silva). Vieira publica informação inédita relativamente a materiais e estruturas históricas escavadas no sítio, ensaiando a articulação espacial/estratigráfica com as estruturas pré-históricas subjacentes. O principal objectivo do texto reside no ênfase dado à persistência do lugar na paisagem, desde a Pré-História até à actualidade, incluindo a recente intervenção arqueológica. Tal abordagem explora a natureza polarizadora dum sítio que foi alvo de sucessivas reapropriações de sentido no tempo longo, podendo convocar-se o papel da memória como um dos factores de sucessiva reactivação do lugar na paisagem.

O segundo texto (Silva) analisa materiais metálicos e cerâmicos históricos provenientes de Castelo Velho, articulando-os com contextos arqueológicos escavados e datas de C14 publicadas (Vieira). Propõe três hipóteses de reocupação: - na época romana (séculos I/II), onde se podem inserir uma fivela de cinturão, dois pequenos cravos de ferro, uma fíbula em ómega, uma conta azul em pasta vítrea, material cerâmico de construção, dois fragmentos de cerâmica doméstica e ainda uma estrutura pétreia (Vieira). Existe uma data de C14 para esta fase; - na época tardo-antiga (séculos IV-VI), onde se podem situar eventualmente os fragmentos de cerâmica doméstica, material de construção, os cravos e a fíbula em ómega; - na época medieval (entre os séculos XI-XIV), indiciada apenas por quatro datas de C14 que, no entanto, não se correlacionam com os materiais históricos recolhidos. Assim, Castelo Velho terá sido seguramente reocupado nos primeiros séculos da nossa era, não sendo de pôr de parte uma qualquer instalação com materiais percíveis em séculos subsequentes. O autor propõe prudentemente a hipótese de, nos primeiros séculos da nossa era, o lugar de Castelo Velho ter albergado um eventual acampamento militar.

A quarta temática integra reflexões sobre Deposições, Materialidades e Arquitectura.

O primeiro texto (Gomes) problematiza as possibilidades interpretativas das deposições de Castelo Velho, a pretexto da revisitação do seu próprio trabalho de 2003 sobre pesos de tear deste sítio pré-histórico. Gomes argumenta que as narrativas sobre deposições têm permanecido a uma escala contextual, sendo necessário explorar a singularidade histórica das mesmas. Adverte que só esta inversão interpretativa, que toma as deposições como novas entidades emergentes, potenciadoras de agenciamento social, poderá questionar a especificidade identitária em que as mesmas participam. Problemática complexa, aqui apenas enunciada, que requer um debate aprofundado sobre a fugacidade / deslizamento de sentidos dos contextos arqueológicos.

O segundo texto (Bottaini et al) analisa um reduzido acervo de metais proveniente de Castelo Velho, que se enquadra, pela tipologia e composição metálica (ouro e cobre muito puro, com concentração de arsénio muito reduzida) na primeira metalurgia do NO da Península Ibérica (3º milénio AC). A maioria dos metais analisados encontrava-se dispersa pelo monumento do 3º milénio AC. Contrariando este cenário de dispersão, observou-se uma deposição e uma específica concentração de metais numa das estruturas do interior do recinto, a qual acolhia, numa das suas sub-estruturas, a deposição dum machado plano. A referida estrutura, alvo desta interessante deposição/concentração, poderá ser globalmente datada do primeiro quartel da segunda metade do 3º milénio AC. Os autores estão cientes da futura necessidade de cruzar os dados agora publicados com as restantes materialidades e contextos contemporâneos, por forma a construir-se uma interpretação aprofundada sobre o uso dos metais no âmbito deste recinto monumental do 3º milénio AC.

O terceiro texto (Costa) disserta sobre as várias hipóteses de sistemas construtivos que terão estado em vigor em Castelo Velho ao longo do 3º milénio AC. Apesar de imensas lacunas do registo arqueológico, Costa avança com a hipótese de, quer o recinto, quer o chamado murete leste, terem sido erguidos através de técnicas construtivas mistas, com recurso a alvenaria de pedra seca, terra crua e elementos vegetais. Assim, sobre bases pétreas de xisto (de altura variável), terão sido levantadas paredes de terra – usando uma técnica da família da taipa, também designada “terra moldada” ou “modelada” – cuja altura, contudo, não é possível reconstruir. A autora elabora ainda

várias reconstituições hipotéticas de coberturas junto à parede interna do recinto com vista à protecção de actividades relacionadas com o uso de estruturas existentes no seu interior. Com base na reconstituição volumétrica do recinto, e dos materiais possivelmente utilizados na sua construção e reconstrução ao longo do tempo, Costa reflecte sobre as possibilidades de diálogo entre as diversas “arquitecturas” de Castelo Velho e as hipóteses interpretativas sobre a sua global funcionalidade.

A quinta temática retoma uma reflexão global sobre recintos murados da Pré-História Recente no território português.

Vale, a pretexto de Castelo Velho, reaborda estes sítios de vários pontos de vista, enfatizando a problemática da arquitectura. A autora começa por constatar que actualmente persistem duas interpretações globais sobre recintos murados em território português: “povoados fortificados” versus “recintos murados”. Apesar da variabilidade que estes sítios comportam, ao nível de localização, tipologias arquitectónicas, cronologias, periodizações, contextos de uso, inserção regional, etc., as referidas interpretações não foram sujeitas, nos últimos vinte anos, a um debate interno sobre as respectivas natureza e operacionalidade analítica. Defensora da visão destes sítios enquanto recintos murados, Vale aborda-os aqui explorando os sentidos inerentes às respectivas arquitecturas, tomadas estas como experiência/modo de fazer e habitar. Óptica que contraria a tradicional abordagem da arquitectura enquanto execução dum projecto prévio, condicionador da subsequente construção e forma de ocupação dos espaços. Nesta perspectiva, os recintos murados são apelidados de poderosas arenas de negociação de poderes, cuja singularidade se articula com um processo histórico particular que se manifesta nas diversas formas de habitar a paisagem.

A sexta e última temática dirige-se a uma revisitação da periodização/função do recinto de Castelo Velho durante o 3º/ 2º milénios AC.

Proponho (Lopes), com base na reavaliação de toda a documentação disponível (publicada e inédita), o seguinte faseamento: - antes da construção do recinto, e, numa forma geral, do que eu designo por monumento, não existem provas inequívocas numa ocupação “pré-monumental” atribuída aos inícios do 3º milénio AC. ; - o monumento calcolítico terá sido construído e usado entre a 1ª metade do 3º milénio AC e os finais deste milénio. Durante este período, a análise do plano arquitectónico global, destacando-se o uso das passagens, das concentrações e das deposições preservadas

de materialidades (inteiras, partidas ou intencionalmente fragmentadas) conduz à aceitação da existência dum lugar, de longa duração, receptor de acções com carácter cerimonial ; - na passagem do 3º para o 2º milénio AC, até ao 3º quartel do 2º milénio AC., Castelo Velho terá passado a ser outro lugar, associado a novas funcionalidades sociais. O lugar da Idade do Bronze reutiliza o recinto anterior, mas este passa a ter uma só entrada principal. A esmagadora maioria de estruturas desta fase é constituída por materiais perecíveis. Não é possível, através da análise de contextos e materialidades, reconstituir a funcionalidade global deste lugar do 2º milénio A.C.. Contudo, a continuidade de uso dum arquitectura construída no 3º milénio AC aparenta articular-se, no 2º milénio AC, com novas funções sociais, quiçá com novas formas de representação do mundo. De salientar que, tendo em conta a documentação reavaliada, não há espaço, em Castelo Velho, para um faseamento que introduza qualquer descontinuidade na 2ª metade do 3º milénio AC., o que significa que só nos é permitido distinguir um sítio calcolítico dum outro da Idade do Bronze.

Castelo Velho está ainda por descobrir na sua real amplitude. Uma grande parte dos materiais encontra-se por analisar e, sobretudo, não se obtiveram meios para realizar uma fina correlação entre materialidades/contextos e o imenso e diversificado acervo de registos de campo. Tal análise e correlação implicariam uma persistente investigação com recurso ao trabalho enquadrado de arqueólogos, e disposição de meios financeiros e logística adequada. Uma Monografia de Castelo Velho só poderá ser executada no âmbito dum projecto de investigação de grande envergadura, cujas condições materiais não se têm enquadrado, até hoje, nas prioridades da política arqueológica portuguesa.

Reafirmo o que sempre escrevi sobre “recintos murados”: trata-se dum conceito inclusivo, de larga escala, que se abre a uma grande multiplicidade de funções, as quais requerem, para serem identificadas, a execução de amplas e aprofundadas escavações no quadro de abordagens regionais.

Revejo-me, assim, no que escrevi em 2003 (Jorge, S.O. 2003): “ (...) a falta de unidade formal e cultural dos recintos pré-históricos peninsulares afigura-se-me radical. Os vários recintos não devem ser vistos como variantes dum “campo” homogéneo que pudéssemos abarcar de forma totalizante. Castelo

Velho, Zambujal ou Los Millares são espaços que só jogam papéis similares a uma ampla escala de análise: sítios que provavelmente congregavam populações em busca duma coesão identitária. Todavia, apontar uma outra meta-regularidade de ordem semiológica (qualquer recinto instala um dentro e um fora, qualquer recinto pode prefigurar-se como um dispositivo de controle espacial de poder) não explica o que em cada região “se fez” com estas arenas. É preciso baixar de escala, intervir arqueologicamente nestes lugares, e lograr compreender, caso a caso, em cada região, a especificidade funcional (no sentido mais abrangente) destes sítios.”

Acrescento hoje ainda que é necessário cooptar o papel histórico singular que cada um destes lugares terá desempenhado no território social em que esteve activo.

Finalmente, não posso deixar de agradecer aos autores envolvidos neste volume o facto de terem esperado quase uma década para verem publicados os seus textos e, duma maneira geral, a prontidão com que responderam ao repto de voltarem a explorar as singularidades de Castelo Velho de Freixo de Numão.

Ao CEAACP, e ao gestor editorial da revista on-line DIGITAR, João Muralha Cardoso, agradeço vivamente o empenho na publicação deste volume, com a qual se inicia a série monográfica da referida revista.

A sua publicação fecha um ciclo, mas, simultaneamente, convoca a possibilidade de abertura dum outro. É quase sempre sempre assim: o fim de algo contém, em potência, a emergência do novo.

Porto, Outubro de 2018

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

Jorge, Susana O. 2003. Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, ed. Jorge, S.O. 2003 (coord.), *Recintos murados da Pré-História Recente*, DCTP/FLUP & CEAUCP, 22

